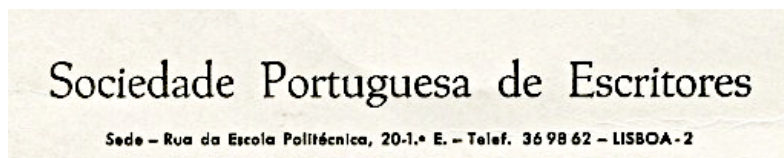


Delfim Santos e Joaquim Paço d’Arcos, dois presidentes da ‘Sociedade Portuguesa de Escritores’

Filipe Delfim Santos

Tanto Joaquim Paço d’Arcos (1908-1979) como Delfim Santos (1907-1966) foram presidentes da famosa *Sociedade Portuguesa de Escritores* (1956-1965), a primeira associação não-oficial e independente de qualquer organismo público a reunir poetas, ficcionistas e ensaístas portugueses. A Sociedade teve cinco presidentes efetivos: Aquilino Ribeiro, Jaime Cortesão, Joaquim Paço d’ Arcos, Ferreira de Castro e Jacinto do Prado Coelho e dois interinos: igualmente Joaquim Paço d’Arcos e Delfim Santos que assumiu o cargo em 1962 durante o mandato de Ferreira de Castro, quando este esteve afastado por doença.



JPA enquanto presidente da *Sociedade Portuguesa de Escritores*, março de 1961: Cunha Leão, Jacques de Lacretele, Joaquim Paço d’Arcos e José Cardoso Pires. Fonte: <http://blogdaruanove.blogs.sapo.pt/tag/joaquim+paço+d’arcos>

A Sociedade, além de ser votada à impossível tarefa de unir uma classe cronicamente desunida, tinha também por propósito atribuir novos prémios de novelística que substituíssem aqueles que António Ferro criara na chefia do Secretariado da Propaganda Nacional. Os prémios haviam sido inaugurados em 1935 (com a atribuída atribuição do prémio de poesia *ex-aequo* à *Mensagem* de Fernando Pessoa e a não concessão do prémio de romance ao qual tinha concorrido a obra *Herói Derradeiro*, de Joaquim Paço d'Arcos). Foram disputadíssimos durante anos, mas sob as novas direções do Secretariado, de 1950 em diante, perderam algum do seu impacto e expressão cultural na vida portuguesa.

Durante muitos anos Delfim Santos participou assiduamente em muitos dos júris literários da SPN/SNI, quer dos prémios concedidos sob António Ferro, quer daqueles atribuídos já no tempo dos seus sucessores.

Nos anos 60, a par destes prémios que entretanto se passarão a chamar 'nacionais', surge um número considerável de novas premiações – veja-se João Pedro GEORGE (2002) *O meio literário português, 1960-1998: prémios literários, escritores e acontecimentos*, Miraflores: Difel. Uma delas se destaca por provir dos próprios escritores agora constituídos em Sociedade, que se ocupa igualmente da atribuição de prémios, facto aliás muito criticado como tendo vindo a tornar-se o seu único fito primando sobre a defesa dos seus interesses de classe, nomeadamente face ao antagonista da classe, o poderoso Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, que se tornaria a atual Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL) [MEDEIROS 2008].

Escreveu Paço d'Arcos sobre o seu mandato à frente da instituição que tanto prestigiou:

Eu fora Presidente da Direção da Sociedade Portuguesa de Escritores e era Presidente da sua Assembleia Geral [em 1965] para servir, com a devoção com que o fiz, a causa e a dignidade dos escritores portugueses. Recusara-me sempre, nesses cargos, a ser instrumento de qualquer política, fosse ela qual fosse. (...) Mas a minha obra é a essência da minha vida e esta, por sua vez, tem tido uma trajetória única e a ela permanecerei sempre fiel. Essa trajetória levou-me muito novo para terras da África

Portuguesa e lá ergui tudo o que constitui hoje a minha vida extraliterária (...) cheguei a uma altura da vida em que nenhuma ambição me anima senão a de prosseguir a obra literária e em que nenhuma cobiça me atormenta, porque na limitação dos bens materiais encontro a disciplina para não vender a alma do artista aos deuses que a corrompem e a escravizam [PAÇO D'ARCOS 1965, 16-18].

Quando em maio de 1965 a Sociedade conheceu um fim inglório, Delfim Santos contava amigos em ambas as fações envolvidas nos dramáticos incidentes e não teve participação pública na polémica, escrevendo privadamente uma carta de solidariedade a Maria da Graça, esposa do escritor, missiva até agora não encontrada. Sobre esse lamentável capítulo da vida literária portuguesa é fundamental ler-se Joaquim Paço d'Arcos:

A Sociedade Portuguesa de Escritores, que Aquilino Ribeiro fundou, a que Jaime Cortesão deu a altitude do seu nome, que eu procurei manter com dignidade e independência, que Ferreira de Castro dirigiu com generosidade modelar e nobre tolerância – a Sociedade era o Fórum amplo em que os escritores de todas as tendências deviam ter o seu lugar, veio a morrer às mãos inertes do prof. Jacinto do Prado Coelho. É possível que a tenham querido matar. Mas ele não soube defendê-la [PAÇO D'ARCOS 1965, 20-21].

Muita tinta correu então sobre aquele sismo que abalou o mundo literário português. Joaquim Paço d'Arcos foi generoso na explicitação dos motivos pessoais e biográficos que nortearam a sua atuação na contenda:

Quando cem mil famílias portuguesas tinham filhos em África a combater, quando centenas de combatentes mortos haviam pago já o tributo da nossa sobrevivência ultramarina, quando centenas de mutilados pagariam esse tributo para o resto dos seus dias, a SPE não podia premiar a obra dum condenado por atos de terrorismo em Angola... Aceitava que nem todos sentissem o problema ultramarino da maneira como eu o sentia. Mas herdara de meu pai [Henrique Monteiro Corrêa da Silva] o amor à África Portuguesa, para lá fora com quatro

anos, lá vivera e erguera parte da minha vida e à sombra do nome de minha família, numa obra que meus irmãos e eu tínhamos construído em dezenas de anos de labor, à sombra do nosso nome viviam muitas dezenas de famílias, em harmonia racial, perante as quais eu não me ousaria apresentar se uma instituição da minha presidência premiasse um condenado pelos crimes de terrorismo. Eram esses motivos só meus, de ordem pessoal, como o facto de ter tido um filho meu a combater, voluntário, na defesa da terra portuguesa de Angola [PAÇO D'ARCOS 1965, 7, 9-10].

Paço d'Arcos manifesta aqui algum peso na consciência pela sua situação de privilegiado e com interesses económicos na paz e no *status quo*, porém não abdica de inabaláveis convicções, da fidelidade ao seu Pai, o Comandante Henrique Monteiro Corrêa da Silva], autor de vasta obra científica de africanística e de temas marítimos e que, sendo filho do Almirante Conde de Paço d'Arcos] (sobre este avô de Joaquim Paço d'Arcos consulte-se a tese de João Júlio Gomes dos SANTOS Jr., (2010) *Um Diplomata na República: A Missão do Conde de Paço d'Arcos no Brasil (1891-1893)*, Porto Alegre: PUCRS, http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/15/TDE-2010-03-18T064403Z-2350/Publico/421792.pdf) que sob a Monarquia fora governador de Moçambique, de Macau e da Índia Portuguesa, renunciara contudo ao seu título nobiliárquico e servira o anterior regime republicano nos cargos de Governador de Moçâmedes de 1912 a 1914, Governador de Macau de 1919 a 1923, Ministro das Colónias em 1925 e Governador dos Territórios da Companhia de Moçambique de setembro de 1925 a agosto de 1927, tendo apresentado a sua demissão por discordância com o Governo da Metrópole sobre a questão do Porto da Beira (episódio desenvolvido em 1928 na primeira publicação de Joaquim Paço d'Arcos, em defesa de seu Pai, *Patologia da Dignidade*). A âncora paterna fortalecia em Joaquim Paço d'Arcos aqueles princípios surgidos da autenticidade das suas próprias experiências vitais que o foram marcando como homem de sensibilidade artística:

Mas a trajetória da minha vida pôs em Angola, à sombra dos meus, e em Moçambique, sob a minha direção, famílias inúmeras que nas cidades ou no mato olham para o meu vulto

não como o do escritor que sanciona prémios mas como o de um homem por elas responsável. Estão sós, no mato, muitas delas, e receiam talvez ameaças que não me atingem na vida cómoda de Lisboa. Que não atingem os membros de um júri que outorga prémios despreocupadamente, aceitemos, em mera diversão intelectual [PAÇO D'ARCOS 1965, 18].

Depois da SPE ter sido extinta, Paço d'Arcos denunciou publicamente o erro do Governo de então:

O Governo só teria desvantagem em exercer qualquer represália sobre a Sociedade, pela repercussão desastrosa que isso poderia ter e porque desse modo o Governo iria fazer o jogo dos que dentro da Sociedade (...) poderiam ser partidários do 'quanto pior melhor' e da política de terra queimada [PAÇO D'ARCOS 1965, 13].

Quando à noite, o Luís Forjaz Trigueiros e eu soubemos da decisão de se extinguir a Sociedade, nós, que já não pertencíamos aos seus corpos gerentes, ainda fizemos junto de personalidades responsáveis, que das nossas palavras e argumentos se tornaram eco, diligências para paralisar o golpe, profundamente errado em nosso entender [PAÇO D'ARCOS 1965, 21].

A Sociedade foi também assaltada e o seu interior vandalizado no dia da sua extinção, a 21.05.1965, ato que o escritor condenou como tendo sido o mais desacertado de todos:

Mais errado, porém, e deplorável, e degradante, foi o assalto que violou o recinto, património dos escritores portugueses, onde tantas cerimónias de elevação cultural tiveram lugar e donde haviam saído os restos do português insigne que foi o dr. Jaime Cortesão. As ações não são feias só de um lado. E se eu não o dissesse faltava à verdade que sempre servi [PAÇO D'ARCOS 1965, 21].

Não se encontram referências de Paço d’Arcos à convocatória dos quatro membros do júri pela polícia política para interrogatório no dia seguinte, um sábado: os escritores João Gaspar Simões, Fernanda Botelho, Manuel da Fonseca e Augusto Abelaira. Os dois primeiros saíram em liberdade nesse mesmo dia e os restantes ficaram presos por mais algum tempo, aos quais se juntou, em 25.05.1965, Alexandre Pinheiro Torres, que também fizera parte do júri.

Nota-se no depoimento de Paço d’Arcos o desgosto pela derrocada de um projeto de convivência tolerante entre companheiros de escrita que ele tanto alentara. Ao demitir-se do seu cargo de Presidente da Assembleia Geral da SPE, Paço d’Arcos deplorou:

Não tive um instante de mágoa quando, por coerência para comigo próprio, abandonei em final de 1960 o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a que parte da minha vida ficava ligada. Mas sofri um dos mais fundos desgostos da [minha] existência quando, por fidelidade aos princípios que me norteiam, tive de me afastar de camaradas que estimo e admiro, por não os poder acompanhar no equívoco e na dubiez [PAÇO D’ARCOS 1965, 18-19].

A extinção da Sociedade foi apenas temporária. Em 1973, sob Marcello Caetano, os escritores recuperaram a sua associação com o nome de Associação Portuguesa de Escritores (APE), contando com alguns nomes provindos do anterior organismo e que até hoje existe sobretudo para a outorga de prémios literários. Sobre a SPE a *Revista de Estudos Delfinianos* apresentará futuramente os documentos relativos à presidência de Delfim Santos.

O dossier evocativo da amizade Delfim Santos / Joaquim Paço d’Arcos é composto pelas seguintes peças:

- 1) Extrato de um comentário de Eugénio Lisboa em republicação.
- 2) Dois dos *Poemas Imperfeitos*.

- 3) Cinco dedicatórias de Joaquim Paço d’Arcos apostas em livros oferecidos a Delfim Santos.
- 4) Duas cartas de comentários literários de Delfim Santos a obras de Joaquim Paço d’Arcos, cedidas por João Filipe Corrêa da Silva, filho do escritor, apresentadas por ordem cronológica a par das dedicatórias.
- 5) Reconstituição das palavras proferidas em 05.06.2008 pelo filho do escritor no Círculo Eça de Queiroz, em Lisboa, durante as comemorações do centenário do seu nascimento.
- 6) Notícia detalhada sobre o espólio do escritor, também da autoria de seu filho.
- 7) Uma revisitação de *A Floresta de Cimento*, o *travelogue* de Joaquim Paço d’Arcos nos Estados Unidos, publicado em 1953 na esteira de uma curiosidade pela então potência emergente que suscitara igualmente o livro de Natália Correia de 1951, *Descobri que Era Europeia*. A viagem de Natália é de 1949, a de Joaquim Paço d’Arcos de 1952.

Presume-se que a cada livro oferecido por Joaquim Paço d’Arcos tenha correspondido igualmente uma carta de comentário, o que perfaria pelo menos cinco missivas já que tantas são as dedicatórias conservadas. Porém só subsistem duas dessas cartas. A leitura das dedicatórias inclui o acréscimo pelo punho do destinatário do endereço do remetente: não conservando envelopes nem embalagens postais, Delfim Santos anotava as direções que neles constassem, geralmente na própria página da dedicatória – o anterrosto – ou na do título – o rosto –, para poder, depois da leitura das obras, enviar as apreciações e agradecimentos aos seus autores.

Apesar de Joaquim Paço d’Arcos se ter notabilizado como um dos maiores contistas portugueses, é a sua poesia que este *dossier* sobretudo contempla, rica de confessionalismo, sugestões exóticas e eróticas, memórias de momentos, cenários e circunstâncias, como ilustramos com a transcrição do magnífico ‘Foi numa terra distante, na costa da China...’ onde brilha uma poética do nomadismo, da viagem e da errância apegada a vivências fortes e livres. O segundo poema evocado, ‘O Meu Vestido de Veludo com Rendas Brancas’, joga subtilmente com os mecanismos da ambiguidade sexual da criança, da infantilização da mulher e da miragem especular entre os amantes. Por fim

Delfim Santos comenta uma imaginativa novela de crítica social de Paço d'Arcos que obteve grande sucesso de público, lamentando que ela castigasse mais a vida exterior do que a portuguesa.

A publicação desta correspondência aprofunda o conhecimento da faceta de crítico literário de Delfim Santos, faceta essa que continuaremos a abordar em investigações posteriores através da publicação das suas correspondências – o *locus* por ele escolhido para a sua expressão. Em janeiro de 2012 saiu já a lume a troca epistolar com Jorge de Sena, de que apresentamos resenha neste número da revista.

Referências

AAVV. (1983) *Breve Memorial da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) e Associação Portuguesa de Escritores (APE) no X.º Aniversário da APE*, Lisboa: APE.

CORREIA, Natália (1951) *Descobri que Era Europeia*, Lisboa: Portugália

DÓRIA, António Álvaro (1962) *Joaquim Paço d'Arcos, Seguido de Antologia*, Lisboa: Arcádia.

MEDEIROS, Nuno (2008) Editores e Estado Novo: o lugar do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, *Análise Social* 43, 795-815.

PAÇO D'ARCOS, Joaquim (1965) *A Dolorosa Razão de uma Atitude, Para a História da Sociedade Portuguesa de Escritores e do seu fim*, Lisboa: Autor.

SENA, Jorge de & Delfim SANTOS (2012) *Correspondência 1943-1959*, Lisboa: Guerra e Paz.

